

Jorge Maia de Carvalho é candidato pela região Centro

Engenheiros técnicos querem internacionalizar actividade

BENEDITA OLIVEIRA

A Associação Nacional de Engenheiros Técnicos, recentemente redenominada Ordem dos Engenheiros Técnicos, tem eleições marcadas para o próximo dia 7 de Outubro. Augusto Ferreira Guedes, actual presidente deste organismo, apresentou no sábado passado, no Hotel D. Inês, a única lista candidata aos vários órgãos da estrutura.

Na região Centro, a lista liderada por Jorge Maia de Carvalho conta nomeadamente com a participação de Hilária Gabriel, António Carvalho e Paulo Moradas, candidatos respectivamente à presidência da Mesa da Assembleia, Conselho Fiscal e Conselho Disciplinar.

Augusto Ferreira Guedes, actual presidente da ANET e primeiro subscritor de uma lista composta por 282 membros, confessou-se orgulhoso da "obra feita", mas frisou que o futuro apresenta desafios ainda maiores que o passado. "O que fizemos foi muito importante, mas o que temos de fazer vai ser muito mais importante e exigente", referiu, avisando que "as tarefas que vêm aí são de uma dimensão ciclópica".

O candidato a primeiro bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos de-



Augusto Ferreira Guedes candidata-se a primeiro bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

fendeu a internacionalização da actividade, afirmando que o espaço de trabalho dos engenheiros técnicos deve ser o mundo. É fundamental entrar para outros mercados, referiu, sugerindo a criação de parcerias ou gabinetes de trabalho no exterior. "Temos de conseguir dar este salto. Temos de sair deste espaço e vender produtos para o exterior", comentou.

O dirigente incentivou ainda os engenheiros técnicos a prosseguir com a sua formação académica ao longo da vida e a conquistar novas áreas do mercado. "Estimulamos

a que todos obtenham novos títulos académicos, porque o bacharel é condição de partida e não de chegada", realçou, apelando nomeadamente à realização de mestrados nas áreas da higiene e segurança e protecção civil.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos está aberta a profissionais de todos os graus de ensino, acrescentou, manifestando-se contra os exames de admissão que, na sua opinião, só servem para "pôr um travão à entrada de novos profissionais". "Queremos duplicar o número de engenheiros técnicos", adian-

to, comentando que "só os incompetentes têm receio do mercado".

Regozijando-se por apresentar uma lista "completamente renovada", Augusto Ferreira Guedes destacou a indicação de mais mulheres para os órgãos máximos da direcção e afirmou-se "muito orgulhoso" por ter tido uma só recusa de entre todos os contactos feitos. Isto significa, frisou, que "há uma grande disponibilidade para esta causa e nova era do nosso trabalho".

Tal qual referiu Augusto Guedes, a ANET/OET pretende continuar a desenvolver a sua actividade sem qualquer apoio financeiro do Governo e do Estado.

Independente de partidos políticos, a ANET/OET é, sublinhou o responsável, um bom exemplo de como o Estado pode transferir para a sociedade civil algumas das suas responsabilidades, sem que isso constitua uma despesa ou encargo.

De referir que a mudança de designação, aprovada recentemente por maioria na Assembleia da República, era uma ambição antiga e que, segundo os seus dirigentes, representa uma mais-valia no reconhecimento dos profissionais formados pós-Bolonha.

Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Reclamada a demissão de gestores, que alegam cumprimento do dever

A queda do Conselho de Administração (CA) dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) foi reclamada, na semana passada, por autarcas do PS, tendo os gestores alegado cumprimento do dever. Os administradores dos SMTUC compareceram perante os membros da Câmara Municipal de Coimbra na sequência de frequentes interpelações dos vereadores socialistas a propósito de um desfalque alegadamente cometido por um trabalhador, estimado em cerca de 200 000 euros.

O presidente da autarquia, João Paulo Barbosa de Melo (PSD), caucionou a permanência em funções do CA, sustentando ter sido "feito o que era necessário fazer".

"A situação deve continuar a ser tratada com discrição", preconizou o edil.

Os vereadores socialistas Carlos Cidade e Rui Duarte (o primeiro também é líder concelhio do PS/Coimbra) entendem que o CA dos Transportes Urbanos "não reúne as condições elementares" para o exercício que lhe foi confiado pela Câmara, reclamando que ele assuma a demissão ou seja exonerado.

"Trata-se de um Conselho de Administração ausente, que deixou de ter credibilidade (...), oculta factos e informações", dizem os edis socialistas, em cujo ponto de vista os Serviços Municipalizados vivem uma "situação insustentável".

Para o Conselho, constituído por Manuel Rebanda, Manuel Oliveira (administrador-delegado) e Júlio Gaudêncio, houve "aproveitamento político da situação" na expectativa de o "pôr em causa".

"É através dos mecanismos legais adequados que se trata deste tipo de situações (...)", sublinham os gestores, opinando que Cidade pôs o assunto na praça pública "para, depois, fazer uma tentativa de aproveitamento político reprovável".

Neste contexto, Rebanda, Oliveira (líder concelhio do PSD/Coimbra) e Gaudêncio assinalam que houve

instauração de processos disciplinares a dois trabalhadores (um deles falecido devido a presumível suicídio) e ter sido feita participação à Polícia Judiciária; a um revisor oficial de contas foi pedida uma análise com o objectivo de instituir "mecanismos mais eficazes de controlo interno".

"Pretendia, porventura, Carlos Cidade que o CA contratasse um fiscal para cada trabalhador com acesso a valores e, talvez, mais um fiscal para fiscalizar cada fiscal", ironizam os gestores.

Ao lamentarem que o jurista Cidade insista em falar de "actos de corrupção", os membros do Conselho invocam "a necessidade de explicar" que casos daquela índole foram ocultados.

O vereador tem falado, impropriamente, de corrupção, tratando-se de desfalques, ficando no ar o labéu de que os administradores poderiam ter cometido o crime (passiva ou activamente).

"Deveria ele saber que, sendo a corrupção crime, constitui difamação imputar a alguém, publicamente, sem fundamento, a prática de tal ilícito", acentuam os administradores.

Cidade questionou, entretanto, por que não houve lugar à suspensão dos funcionários sob suspeita, a título cautelar, até ao desfecho dos processos disciplinares.

Interpelado pelo "Campeão" acerca deste aspecto, Barbosa de Melo afirmou confiar na avaliação feita pelos SMTUC.

Fonte dos Serviços disse ao nosso Jornal ter havido opção pela transferência interna do principal suspeito na medida em que ele não confessou a autoria dos factos por que está indiciado.

Carlos Cidade levantou, entretanto, outra questão ao aludir a eventual "estranha promiscuidade" no âmbito de funções desempenhadas nas oficinas dos Transportes Urbanos.

Segundo o vereador, exerce ali actividade um trabalhador que estará ao serviço de uma empresa privada.

Cristina Oliveira empossada como titular

DREC irá ser extinta dentro de ano e meio

A nova titular da Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), Cristina Oliveira, foi empossada, sexta-feira, para exercer funções até ao final do próximo ano, altura em que o Ministério da tutela espera extinguir as suas estruturas desconcentradas de âmbito regional.

O Ministério anunciou a substituição das DRE's por "estruturas simplificadas".

Doutorada em História (área de Arqueologia Clássica), Cristina Oliveira é investigadora sénior no Centro de Estudos Arqueológicos da Universidade de Coimbra e no da do Porto e professora do quadro de nomeação definitiva do Agrupamento de Escolas de Ourém.

Dedicou-se à docência no ensino secundário, entre 1995 e 2008, ano em que foi requisitada pela DREC para

desempenhar funções técnico-pedagógicas na Equipa de Apoio às Escolas de Coimbra. Foi, ainda, representante da Direcção Regional de Educação do Centro no Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social de Coimbra.

Entre 2004 e 2006, a docente esteve requisitada pelo Ministério da Cultura para o exercício de funções no Museu Monográfico de Conímbriga.

Cristina Oliveira foi membro da Comissão Executiva do X Colóquio da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo e participou em vários projectos de pesquisa arqueológica, tendo sido, por outro lado, investigadora co-responsável pela Missão luso-francesa "Mosaicos do Sul de Portugal".

É casada com o director do Agrupamento de Escolas

de Eugénio de Castro (Coimbra).

Segundo fontes partidárias e da DREC, ao ingresso da professora na Equipa de Apoio às Escolas de Coimbra, na vigência do primeiro Governo de José Sócrates, não terá sido alheia a circunstância de o sogro estar filiado no PS. Na ocasião, os superiores hierárquicos de Cristina Oliveira desconheciam a ligação dela ao PSD.

Fátima Crisóstomo renuncia a cargo

A directora de Serviços de Gestão e Planeamento da Rede da Direcção Regional de Educação do Centro, Fátima Crisóstomo, acaba de renunciar ao cargo, na sequência da investidura da nova titular da DREC, soube o "Campeão".

Fátima Crisóstomo, cuja comissão de serviço (por 36 meses) fora objecto de recente renovação, tinha sido, há anos, coordenadora do Centro de Área Educativa de Coimbra.

A Gestão e Planeamento da Rede é uma das quatro direcções de serviço daquele organismo desconcentrado do Ministério da Educação e Ciência (MEC).

A renúncia ficou a dever-se ao facto de vários dos coadjutores de Fátima Crisóstomo, professores requisitados, terem sido dispensados após a passagem de testemunho entre Helena Libório e Cristina Oliveira.

Fontes daquele organismo desconcentrado do MEC disseram ao nosso Jornal que, num universo de 15 docentes, outrora requisitados pela DREC, 10 receberam guia-de-marcha.